

Carta aberta à comunidade acadêmica do Instituto de Medicina Social.

Mudar é enfrentar, se fortalecer e resistir

Costumo pensar que se eu não fosse um bicho cativo que descobriu suas asas na Saúde Coletiva, seria mesmo uma etimóloga, dado o gosto pelas palavras. Aproveitando, portanto, os vãos que essas asas permitem, humildemente os provoço refletir sobre as palavras que dão vida e significado a este seminário.

Para tanto, *violação*, que nesse contexto significa ofensa a um direito ou à liberdade alheia, e *Resistência* que significa conservar-se firme, não sucumbir, não ceder. Essas palavras opostas e complementares têm sido o enredo de nossas vidas atualmente. Não são poucas as violações que temos sofrido, e podemos dizer que em igual monta segue a resistência que nos é exigida.

O deflagrado maltrato à Universidade e a seus agentes, em especial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, denota um claro projeto de abandono da soberania, e compõe o conjunto de tantas outras violações como: dos direitos dos trabalhadores, da previdência social, da alimentação adequada, da saúde e tantos outros, que como cascata diariamente nos abate. Um projeto que sacrifica o conjunto da sociedade para a franca manutenção de privilégios. Sim, é preciso estar atento ao modo como violações, nesse contexto, constituem-se *sine qua non* para manutenção de privilégios.

Do modo que tantas violências se concretizam materialmente para todos nós, torna-se necessário e urgente deslocar essa resistência do campo semântico e fazê-la também concreta em nossas ações. Assim, como resistir para além da dimensão simbólica e retórica? Como a resistência ganha substância e materialidade?

Por oportuno, aciono duas ideias; os ‘*sentir e a sensibilidade*’ de Audre Lorde e a *radicalidade consciente* de Stephen Jay Gould. A primeira diz respeito ao desenvolvimento de uma solidariedade entre aqueles e para com aqueles que são violentados. Lorde define a consciência plena de nossa existência a partir daquilo que nos afeta e do modo como se constrói o sentir, sendo fundamental a formação de redes solidárias e a capacidade de estar juntos, mais do que o ideário utópico de se pôr no lugar do outro. Em termos práticos e ao modo bourdiano, essa solidariedade é estrutura estruturante que forja certa sensibilidade, na qual as diferenças entre os sujeitos são desejadas e as responsabilidades entre eles distribuídas. A segunda ideia, o *radicalismo consciente*, diz respeito a considerar determinado problema desde a raiz ou de sua origem paradigmática, pelo qual se levantam ideias que repercutem na ação, no fazer de cada um e do coletivo. De acordo com Gould o impulso para ser radical é perguntar *porque compreendemos determinada coisa de tal maneira, e porque estamos num processo específico e não em outro*. Em outras palavras é criar possibilidades para questionar ciclos históricos de opressão, violências materiais e simbólicas e exclusão social pautadas em certas verdades.

Nesse sentido, provoco pensar como o IMS resiste, como ele vem resistindo? As respostas são diversas, certamente. Contudo, minimizando qualquer juízo de valor, concentro-me no “sentir e sensibilidade” de Lorde e no “radicalismo consciente de Gould”. Ambas ideias nos levam ao exame inescapável de nós como sujeitos e coletivos. Nos leva ao encontro de nós mesmos, e nos questiona quanto a solidariedade que projeta mudança da sensibilidade com consequências em diversas ações. Nos remete ao modo como lidamos com as opressões naturalizadas, e como diariamente nos devotamos aos grandes problemas e seus culpados externos, esquivando-nos, mesmo que não deliberadamente, das responsabilidades atinadas às nossas escolhas.

Ora, não se trata de culpar o violentado (a Universidade e o IMS), mas de compreendê-los parte na engrenagem social e reconhecer como seus estilos de pensamento têm reverberado nas práticas internas e cotidianas. Significa saber de que carne e substância somos feitos, e em última instância significa configurar nossas escolhas políticas para resistir.

O preconceito de classe e racial que as Universidades brasileiras timidamente enfrentam defronta-se, nesse momento, com esse conservadorismo que também retira esses direitos. Anuncia um futuro tenebroso que implicará no retrocesso de uma situação já grave, na qual apenas 26% de negros e negras compõem o quadro geral da pesquisa nacional, incluindo diversos níveis e para todas as áreas. No recorte da formação em nível de mestrado e doutorado esse número é de 16,4% de declarantes pardos e 2,4% declarantes negros e negras, para todas as áreas (CNPq 2014; 2015).

Não há dúvidas que esta é uma mazela e que a Universidade que não é representativa, também encontra dificuldades para obter comoção social em sua defesa. Sem dúvida, todos nós somos levados a reconhecer que a violência da academia ao recusar a diversidade, volta-se em certa medida contra ela própria.

Mas se a maioria de nós luta todos os dias para reverter esse quadro, se temos ampliado o acesso com cotas, se estamos genuinamente engajados... Por que as salas das universidades e da pesquisa permanecem majoritariamente brancas?

A Complexidade que a questão levanta não cabe nesse texto e talvez não seja brevemente resolvida no debate que ela venha suscitar. Entretanto, ao exame que nos é solicitado por Gould e Lord, é urgente iluminar nosso estilo de pensamento e a nossas políticas. É urgente minimizar nosso descompasso entre discurso e prática, é preciso descolonizar nossa episteme, para que todos os corpos sejam livres, tenham direitos e a diversidade aconteça nesse espaço.

É preciso nos defrontar com um grande espelho e perceber que, por exemplo, não enumeramos professores negros, aqui na nossa escola. Que não tem nos interessado, ao modo da solidariedade lordiana, a vida dos alunos e colegas, negros e negras. Não tem nos incomodado que um sistema de cotas num doutorado tutorial não impacte realmente a tragédia que revelam os números do CNPq (2014; 2015). Do mesmo modo, fazer da bem recomendada exigência do segundo idioma na pós-graduação, uma decisão política de eliminação, sem a crítica sobre quem se elimina e a quem serve essa eliminação. Tudo isso, só tem corroborado com o mesmo conservadorismo que hoje mata a universidade.

Ser radical, contudo, não é fácil, pois envolve um constante questionamento das bases, das pretensões e ações, não apenas do outros, mas de nós próprios. Significa abrir mão de privilégios. Ninguém, nem mesmo Jay Gould pôde reivindicar o sucesso dessa ética de ser constantemente radical, mas como escreve Rallbi Tarfon; “não é nossa obrigação ter sucesso, tampouco desistir da luta”

Faço um apelo para verdadeiramente combatermos o conservadorismo, a estética e os valores burgueses, que dão a falsa impressão de que a maioria de nós compõe a elite. Atentemo-nos para o modo como nos revelamos igualmente trabalhadores, vendendo sua força de trabalho, quando a verdadeira elite decide não mais nos dar o que era de direito, e o que tem sido não ter os salários recebidos. Atentemo-nos para o fato de sermos uma elite intelectual que, por isso, deve servir-se do compromisso de romper paradigmas, e não de manter estruturas opressoras. É preciso não ser o conservadorismo que nos destrói. É preciso ser diverso para ser potente e representativo, para alcançar valor inquestionável na sociedade. É preciso ser muitos para resistir.

Essa decisão é muito importante para conservar-nos fortes, não sucumbir e não ceder, diante de todo esse fluxo de retirada de direitos e liberdades.

Que nosso desejo seja olhar no espelho para encontrar refletida a correta substância em espécie, como filósofa Agamben (2007). E que no intervalo entre a matéria e a espécie projetada, haja espaço para a crítica, o amor e o orgulho de nós mesmos. Que o discurso se encontre com a prática e que nossa resistência se materialize na capacidade e decisão de mudar as coisas que podemos

Desejosa e engajada nas mudanças,
Com amor ao IMS, sua ex-aluna Mirani Barros.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 2017.